Gabinete de Política Legislativa e Planeamento

Despacho n.º 16 443/2006

Ao abrigo das disposições constantes do artigo 41.º do Código do Procedimento Administrativo e do n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 89/2001, de 23 de Março, designo a licenciada Maria João Morgado Costa, directora-adjunta do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, como minha substituta nas minhas ausências e impedimentos.

28 de Julho de 2006. — A Directora, *Rita Brasil de Brito*.

Instituto de Reinserção Social

Despacho (extracto) n.º 16 444/2006

Por meu despacho de 10 de Julho de 2006, foi à licenciada Ana Paula Rua Ganhão, técnica superior principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal deste Instituto, reconhecido o direito ao provimento na categoria de assessora principal da carreira técnica superior (escalão 1, índice 710), com efeitos a 1 de Janeiro de 2005, precedendo confirmação da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, nos termos do disposto no artigo 30.º, n.º 1, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Julho de 2006. — A Presidente, *Leonor Furtado*.

Despacho (extracto) n.º 16 445/2006

Por despacho de 23 de Junho de 2006 do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, foi renovada por mais um ano a licença especial para o exercício transitório de funções na Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China do licenciado Carlos Manuel Lopes Malvas, assessor da carreira técnica superior de reinserção social do quadro de pessoal deste Instituto. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Julho de 2006. — A Presidente, *Leonor Furtado*.

Despacho (extracto) n.º 16 446/2006

Por meu despacho de 10 de Julho de 2006, foi ao licenciado José Martins Carlos, assessor da carreira técnica superior do quadro de pessoal deste Instituto, reconhecido o direito ao provimento na categoria de assessor principal da carreira técnica superior (escalão 1, índice 710), com efeitos a 1 de Fevereiro de 2003, precedendo confirmação da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, nos termos do disposto no artigo 29.º e no n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Julho de 2006. — A Presidente, *Leonor Furtado*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 16 447/2006

Por requerimento dirigido ao Instituto dos Resíduos, a CIMPOR — Indústria de Cimentos, S. A., adiante designada CIMPOR, na qualidade de proponente, solicitou a dispensa total do procedimento de avaliação de impacto ambiental (AIA) para o projecto de co-incineração de resíduos industriais perigosos (RIP) no Centro de Produção de Souselas, adiante designado por CPS, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro.

A CIMPOR pretende implementar no CPS a valorização energética de RIP que seja compatível com a produção de cimento, com a garantia de um correcto desempenho ambiental, bem como da não afectação dos parâmetros de saúde pública, especialmente para as populações envolventes.

O CPS tem uma capacidade de produção instalada de 3,2 milhões de toneladas/ano de cimento, estando equipado com três linhas de produção de clínquer. A valorização de resíduos perigosos está prevista apenas para a linha n.º 3, com a capacidade de produção de 4200 t/dia

de clínquer. Os RIP, cuja valorização é objecto deste projecto, são os já considerados no projecto avaliado, em 1998.

Para esse efeito, a CIMPOR sustenta que:

Em 1998, integrado no Projecto de Eliminação de Resíduos Industriais pelo Sector Cimenteiro, foi realizada uma avaliação de impacto ambiental (AIA) do Projecto, no qual estavam integrados os Centros de Produção de Alhandra e Souselas da CIMPOR;

Do referido procedimento de AIA resultou que não se colocavam questões de carácter técnico inibidoras da localização de qualquer das componentes do Projecto;

Do parecer da comissão de avaliação do referido procedimento de AIA resulta que o CPS foi uma das instalações propostas por esta comissão;

Posteriormente, foi criada, nos termos da Lei n.º 20/99, de 15 de Abril, e do Decreto-Lei n.º 120/99, de 16 de Abril, a Comissão Científica Independente de Controlo e Fiscalização Ambiental da Co-Incineração, adiante designada por CCI, no sentido de fazer a análise dos efeitos da co-incineração na qualidade do ar e saúde humana, de forma a dar um parecer sobre o tratamento de RIP e sobre a implementação da respectiva co-incineração;

A CCI recomendou o processo de co-incineração em fornos de unidades cimenteiras por não implicar um acréscimo previsível de emissões nocivas para a saúde quando comparado com a utilização de combustíveis tradicionais, por ter menores impactes ambientais que as incineradoras dedicadas, contribuir para um decréscimo do efeito de estufa, conduzir a uma maior recuperação de energia, por não ter impactes ambientais acrescidos em relação à produção de cimento quando respeitados os limites fixados, por razões económicas mais favoráveis em termos de investimentos e de custos de operação, e por se revelar como uma solução mais flexível para a gestão dos RIP, permitindo acompanhar melhor a evolução tecnológica;

Foi, ainda, decidido, pela Assembleia da República, ao aprovar a Lei n.º 22/2000, de 10 de Agosto, a criação de um grupo de trabalho médico para o estudo específico do impacto sobre a saúde pública dos processos de queima de RIP, o qual emitiu parecer positivo ao desenvolvimento das operações de co-incineração de resíduos industriais, concluindo que a co-incineração de RIP em cimenteiras, realizada de acordo com os mais recentes normativos tecnológicos, contribui globalmente para uma franca redução dos riscos para a saúde das populações que resultam da contaminação de solos ou da queima não controlada;

Do parecer do grupo médico pode-se concluir da inocuidade do processo da co-incineração como parte integrante de um sistema global de gestão de resíduos, bem como da aptidão do Centro de Produção de Souselas para fazer parte integrante desse sistema;

Se verificou que o CPS registou, nos últimos anos, uma melhoria significativa no seu desempenho ambiental, destacando-se que detém um sistema de gestão ambiental certificado desde 2003 pela Norma ISO 14001:1999 e registado no EMAS em 2006;

A melhoria do desempenho ambiental está também associada à assinatura em 1999, pela CIMPOR, do contrato de melhoria contínua de desempenho ambiental para o sector cimenteiro nacional com os ministérios responsáveis pelas áreas do ambiente e da economia, que decorreu entre 1999 e 2004, tendo sido realizadas no CPS 292 acções de cariz ambiental, sendo que a mais importante, em termos de qualidade do ar, foi a instalação dos filtros de mangas nos fornos de clínquer, em substituição dos anteriores electrofiltros, que constitui uma melhor tecnologia disponível;

Em Julho de 2001, teve lugar um período de testes de co-incineração de resíduos industriais perigosos (serraduras impregnadas com lamas oleosas das bacias de Santo André), sob supervisão da CCI apoiada por um consultor independente, que permitiram confirmar a não influência da co-incineração nas emissões das fábricas de cimento e a sua inocuidade relativamente ao ambiente e à saúde pública;

Em Dezembro de 2005, no relatório de actualização dos processos de co-incineração de resíduos em articulação com os centros integrados de recuperação, valorização e eliminação de resíduos perigosos (CIRVER), é afirmado que, como processo de destruição de moléculas ambientalmente perigosas, a co-incineração no queimador principal das cimenteiras continua a ser um dos processos que oferece melhores garantias ambientais e plena salvaguarda da saúde pública.

A dispensa do procedimento de AIA está prevista no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, podendo ser concedida uma vez verificada a existência de circunstâncias excepcionais e devidamente fundamentadas.

O Instituto dos Resíduos, na qualidade de entidade competente de licenciamento da operação ao abrigo do Decreto-Lei n.º 85/2005, de 28 de Abril, remeteu ao IA o requerimento do proponente e um parecer favorável à dispensa, realçando os aspectos que justificam a pretensão da CIMPOR quanto ao procedimento de AIA do projecto de co-incineração de RIP.